

XII MANDATO

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

Ata Nº. 36**Reunião ordinária pública de 8 de março de 2019**

Aos **oito dias de março de 2019**, no Edifício da Sede da Junta de Freguesia de Padim da Graça, pelas dezoito horas, realizou-se a reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Braga sob a Presidência do Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, com a presença dos Srs. Vereadores Maria Helena Fernandes Teixeira, Altino Bernardo Lemos Bessa, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Artur Jorge Oliveira Feio, Firmino José Rodrigues Marques, Miguel Sopas de Melo Bandeira, Alberto Carlos Carvalho de Almeida, Diogo Rocha Cunha, Lúcia Brás Dias e João Vasconcelos Barros Rodrigues. Verificada a presença de todos os membros o Sr. Presidente declarou aberta a reunião. Secretariou Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimarães, Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva. Para conhecimento é presente o resumo diário da tesouraria referente ao dia um. Passou-se à apreciação do expediente pela ordem seguinte: **INÍCIO DE PROCEDIMENTO DE REVISÃO REGULAMENTAR:** Submete-se à consideração do Executivo Municipal para aprovação o início do procedimento de revisão regulamentar na parte G3 – Equipamentos Municipais - Parque de Campismo. **"Deliberado abrir procedimento. Abstenção da CDU"**. **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À TABELA DE PREÇOS DO PARQUE DE CAMPISMO E CARAVANISMO DE BRAGA:** Do Sr. Vereador do Pelouro do Ambiente, Energia e Desenvolvimento Rural, Turismo e Defesa do Consumidor, submetendo à consideração do Executivo Municipal, a proposta em epigrafe, que se anexa. **"Deliberado aprovar. Abstenção do PS e CDU"**. **DIVISÃO DO DESPORTO JUVENTUDE E ASSOCIATIVISMO –**

CELEBRAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA 2018/2019: Da **Divisão do Desporto Juventude e Associativismo** submetendo à consideração do Executivo os seguintes contratos-programa, para a época de 2018/2019, a celebrar com várias entidades, a saber: - **Associação Juvenil de Karaté de Portugal**, no valor de **4.760,00 €**; - **Futebol Clube Ferreirense**, no valor de **1.500,00 €**; - **Associação de Basquetebol de Braga**, no valor de **3.541,00 €**. **"Deliberado aprovar"**. **ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS/FREGUESIAS:**

Submete-se à apreciação do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as seguintes propostas de apoio financeiro:-

Freguesia de Tadim, no valor de **1.653,60 €**, destinado a apoiar a colocação e aquisição da "Porta Principal do Pavilhão de Tadim"; - **UF de Crespos e Pousada**, no valor de **4.200,00 €**, destinado a apoiar a elaboração do projeto de "Alargamento e Pavimentação da Rua de Portas em Crespos"; **UF de Crespos e Pousada**, no valor de **10.000,00 €**, destinado a apoiar a "Aquisição de viatura de transporte de crianças".

"Deliberado aprovar. Remeter à Assembleia Municipal".

CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - FREGUESIAS:

Submetem-se à apreciação do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal, os seguintes contratos interadministrativo de delegação de competências: -

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ESCUDEIROS E PENSO (STº. ESTEVÃO E S. VICENTE) Execução da obra "Calçada da Bouça Alargamento e Pavimentação - Escudeiros" no valor: **32.397,83 €**; -

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ESCUDEIROS E PENSO (STº. ESTEVÃO E S. VICENTE) Execução da obra "Alargamento e Pavimentação da Travessa de Penso" no valor: **32.137,20 €**; - **UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ESTE (S. PEDRO E S. MAMEDE)** Execução da obra

"Arranjos Exteriores e Parque Infantil da Junta de Freguesia de



Este S. Pedro no valor: **153.316,52 €**. **"Deliberado aprovar. Remeter à Assembleia Municipal". CONCESSÃO DE SUBSÍDIOS/ENTIDADES: PROPOSTAS DE PARCERIA INSTITUCIONAL:** Da **SRA. VEREADORA DA ÁREA DA CULTURA** submetendo à consideração do Executivo as seguintes propostas de parceria institucional (contratos de dinamização cultural) para atribuição de apoios financeiros a celebrar com as entidades a seguir mencionadas: - **Município de Braga e A MDTA – Associação Mala D'ARTE**, no montante de **5.000 €**, pagável em 2 prestações, a primeira em 31 de março e a segunda em 31 de julho, destinado à dinamização da Biblioteca Jardim entre 1 de julho e 15 de setembro. - **Município de Braga e a ESMAE-IPP – ESCOLA SUPERIOR DE MÚSICA E ARTES DO ESPETÁCULO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**, no montante de **6.000,00 €**, pagável em uma prestação a 31 de março, que visa a participação do Município no Hasmos Festival, projeto que se revela como palco privilegiado para master classes, concertos, comentados, promoção da criação e edição musical e reflexão no campo da Música de Câmara, a realizar entre 19 e 23 de março de 2019. - **Município de Braga e o ARGUMENTOPRODÍGIO – ASSOCIAÇÃO CINE-EQUIPA (Cine Clube Aurélio da Paz dos Reis)**, no montante de **24.000 €**, pagável em 2 prestações, a primeira em 31 de março e a segunda em 31 de julho, que se adequam aos objetivos propostos ao nível da intervenção cultural para a área do cinema. **"Deliberado aprovar". PROPOSTA – APOIO PARA VISITAS DE ESTUDO:** Da **Srª. Vereadora da Educação**, submetendo à consideração do Executivo Municipal a aprovação de atribuição de apoio financeiro à Ação Social Escolar (ASE), no valor global de **36.550,00 €**, destinado aos Agrupamentos de Escola/Escola não agrupada para participação nas visitas de estudo aos alunos carenciados que frequentam o 1º. Ciclo do Ensino Básico, de acordo com a discriminação

presente na tabela. **"Deliberado aprovar". ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO DO PDM EM FUNÇÃO DA PUBLICAÇÃO DA PORTARIA 51/2019:** Do **DPRRU-DIV.PLANEAMENTO REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA**, submetendo informação sobre a alteração por adaptação do artº. 38º do PDM, bem como a correspondente proposta de redação da declaração a emitir sobre a mesma, informação que se anexa. **"Deliberado aprovar". VERSÃO FINAL DA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DA RUA DE CASAIS – NOGUEIRÓ E TENÕES:** Do **DPRRU-DIV.PLANEAMENTO REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA**, submetendo informação da versão final da proposta de delimitação da unidade de execução da Rua de Casais – Nogueiró e Tenões, informação que faz parte integrante da minuta. **"Deliberado aprovar". ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS:** Submete-se para apreciação do Executivo, nos termos do previsto no nº. 1 do artº. H-1/18º do Código Regulamentar do Município de Braga, os pedidos de isenção de taxas municipais constantes dos mapas que se anexam. **"Deliberado aprovar. Dar conhecimento à Assembleia Municipal". PEDIDO DE ISENÇÃO OU REDUÇÃO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS:** Submete-se à consideração do Executivo o pedido de isenção ou redução de taxas e outras receitas municipais, apresentada pela Associação Canja Centro de Apoio Nacional a Jovens e Adultos", para a realização das designadas "Feirinhas d' ACANJA". Tem parecer da Divisão Financeira segundo a qual pelas razões que aponta não é de deferir a referida isenção que importa no valor de 55,40 €. **"Deliberado indeferir". ANULAÇÕES E REGULARIZAÇÕES DE FATURAS E GUIAS DE RECEBIMENTO EFETUADAS NO 4º. TRIMESTRE DE 2018:** Da **DIVISÃO FINANCEIRA** submetendo à consideração do Executivo a validação das anulações e regularizações de faturas e guias de recebimento efetuadas no 4º. trimestre de 2018.



"Retirado da agenda. A submeter à próxima reunião com a informação que suporta a decisão. TOPONÍMIA: Do Sr. Vereador

Miguel Bandeira, propondo a atribuição dos seguintes topónimos:-

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LOMAR E ARCOS - RUA 25 DE ABRIL

(prolongamento) artéria implantada no Lugar da Mouta, com início na Rua 25 de Abril e fim Rua Roberto Bosch. - **RUA ROBERTO BOSCH** (1861-

1942) artéria implantada no Lugar da Mouta, com início na Rua 25 de Abril e fim em rotunda em execução. **"Deliberado aprovar". ISENÇÃO DE**

TAXAS DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO: Do Sr. Vereador do

Pelouro da Mobilidade, propondo a isenção das taxas de Ocupação de Espaços Públicos nos dias 21 e 22 de setembro de 2018, à Empresa Bira dos Namorados, dinamizadora dos eventos que decorreram na rua nesse período. **"Deliberado aprovar. Dar conhecimento à Assembleia**

Municipal". PEDIDOS DE ISENÇÃO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO

PÚBLICO E OUTRAS: Da **Divisão Financeira** submetendo à

consideração do Executivo os seguintes pedidos de isenção de ocupação de espaço público, enquadradas nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18, H-1/19º e H-1/20º do Código Regulamentar do Município de Braga (Isenções relativas a Operações Urbanísticas no Centro Histórico), em que

A Divisão Financeira se pronunciou favoravelmente: **a)- Condomínio do**

Prédio sito na Rua D. Afonso Henriques, nº. 67, UF de Braga (Maximinos, Sé e Cividade), no valor de **1.837,18 €** - Taxas de Ocupação de Espaço Público;

b) João Manuel Gomes Abreu, imóvel sito no Largo Barão de S. Martinho, nº, 68 – 1º UF de Braga S. José de S. Lázaro e S. João do Souto, no valor de **144,33 €** - Taxas de Ocupação de Espaço Público; **c)**

Jorge Augusto Mota Oliveira, imóvel sito na Rua de S. Vitor, nº. 85, S. Vitor, Braga, no valor de **1.833,32 €** - Taxas de Ocupação de Espaço Público; **d) Condomínio do Edifício da Avenida General Norton de**

Matos, nº 33-35, S. Vicente, Braga, no valor de **721,26 €** - Taxas de

Ocupação de Espaço Público; **e) SSM – Cocktail Bar, Lda**, imóvel sito na Rua S. João, nº. 15 – UF Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), no valor de **271,67 €** - Taxas de Ocupação de Espaço Público; **f) Figueiredo Barros e Cruz, Lda**, imóvel sito na Rua de S. Sebastião, nº. 26 – UF Braga (Maximinos, Sé e Cividade), no valor de **201,64 €** - Taxas de Ocupação de Espaço Público; **g) Carlos Carvas, Unipessoal, Lda**, imóvel sito na rua do Sardoal, nº. 105, R/C, Esq. – S. Vicente, no valor de **184,98 €** - Taxas de Ocupação de Espaço Público; **h) Seminário Conciliar de Braga**, imóvel sito no Largo Carlos Amarante, nº. 181 - UF Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), no valor de **3.659,25 €** - Taxas de Ocupação de Espaço Público; **i) Marta Sofia Carvalho Gomes de Oliveira**, imóvel sito na Rua Cruz de Pedra, 189 a 193- UF Braga (Maximinos, Sé e Cividade), no valor de **264,24 €** - Taxas de Ocupação de Espaço Público; **j) Maria da Conceição da Silva Martins Ferreira**, imóvel sito na Rua da Boavista nºs 104, 106 e 108- UF Braga (Maximinos, Sé e Cividade), no valor de **234,78 €** - Taxas de Ocupação de Espaço Público; **l) José Xavier Rios**, imóvel sito na Rua Eça de Queiroz, nº. 32 a 38 UF Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), no valor de **420,60 €** - Taxas de Ocupação de Espaço Público; **m) 3 O Rio – Administração e Imobiliária, Lda**, imóvel sito na Rua da Boavista, nºs **35/37 -UF Braga (Maximinos, Sé e Cividade)**, no valor de **321,00 €** - Taxas de Ocupação de Espaço Público; **n) Resposta Prevista, Lda**, imóvel sito na Rua D. Afonso Henriques, nº. 64 a 68 - UF Braga (Maximinos, Sé e Cividade), no valor de **194,83 €** - Taxas de Ocupação de Espaço Público; **o) Cristina Marinho Pires**, imóvel sito na Rua Direita, nº. 11 - UF Braga (Maximinos, Sé e Cividade), no valor de **188,14 €** - Taxas de Ocupação de Espaço Público; **p) Condomínio do prédio da Rua Andrade Corvo**, 107/113- UF Braga (Maximinos, Sé e Cividade), no valor de **306,18 €** - Taxas de Ocupação de Espaço Público; **q) Carlos**

Alberto Silvestre Couto, imóvel sito na Rua da Cruz de Pedra, nº. 69/75 - UF Braga (Maximinos, Sé e Cividade), no valor de **2.474,23 €** - Taxas de Ocupação de Espaço Público; **r) Raúl Fernando de Azevedo Borges**, imóvel sito na Avenida Central nºs 158 a 164 "Galeria Comercial do Raio = Avenida - Freeway" da UF Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), no valor de **191,93 €** - Taxas de Ocupação de Espaço Público; **s) Jerónimo Martins – Restauração e Serviços, S.A.**, imóvel sito na Avenida da Liberdade nºs 712, da UF Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), no valor de **157,07 €** - Taxas de Ocupação de Espaço Público; **t) Herdeiros de Maria da Silva Pinhão**, imóvel sito na Praça da República, nº. 1, da UF Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), no valor de **1.856,98 €** - Taxas de Ocupação de Espaço Público; **u) FERBOGAR, Sociedade de Construções, Lda.**, imóvel sito na Rua dos Capelistas, 85, da UF Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), no valor de **458,66 €** - Taxas de Ocupação de Espaço Público; **v) Condomínio do prédio sito no Gaveto da Rua D. Pedro V**, nº. 239/245 com a Rua Elísio de Moura, nº. 3 a 15., da freguesia de S. Vitor, no valor de **593,39 €** - Taxas de Ocupação de Espaço Público; **x) ÉPOCA ARROJADA, Lda.** imóvel sito na Av^a. Central, nºs 131 a 133, da Freguesia de S. Vitor, no valor de **5.395,81 €** - Taxas de Ocupação de Espaço Público; **z) António Soares Ferreira**, imóvel sito na Rua Dr. Domingos Soares, 78, da Freguesia de S. Vicente, no valor de **2.847,06 €** - Taxas de Ocupação de Espaço Público; **ab) António Sousa Teixeira**, imóvel sito na Praça Alexandre Herculano, nº. 38, da Freguesia de S. Vicente, no valor de **220,50 €** - Taxas de Ocupação de Espaço Público; **ac) Mário Ribeiro Gomes**, imóvel sito na Rua de S. Vicente nº. 171 a 177 e Rua do Burgo, da Freguesia de S. Vicente, no valor de **301,42 €** - Taxas de Ocupação de Espaço Público; **ad) Empresa Expo-RC, Têxteis**, imóvel sito na Rua de St^a Margarida, nºs. 109 -113 e Rua do Burgo, da

Freguesia de S. Vicente, no valor de **2.118,54 €** - Taxas de Ocupação de Espaço Público; **ae) Universidade Católica Portuguesa**, imóvel sito na Praça da Faculdade de Filosofia. Nº. 1, da Freguesia de S. Vicente, no valor de **427,56 €** - Taxas de Ocupação de Espaço Público. **"Deliberado aprovar"**. **VOTO DE LOUVOR** – O **Sporting Clube de Braga** conquistou a semana passada, o Mundialito de Futebol de Praia, competição realizada na Rússia. Este clube reafirmou mais uma vez, o seu profissionalismo e elevado nível desportivo, com os quais tem pautado o seu percurso desportivo. Felicito, assim, pelo resultado alcançado, o Sporting Clube de Braga que mais uma vez, honrou o desporto bracarense e nacional. Quero congratular toda a equipa pelo empenho e dedicação com que tem mantido o seu percurso, confirmando o estatuto de grande potência da modalidade. Assim, a Câmara Municipal de Braga atribui o voto de louvor à equipa de Futebol de Praia do Sporting Clube de Braga pelo resultado atingido que contribui para a valorização do desporto em Braga pelo resultado atingido que constitui um estímulo para os jovens desportistas bracarenses, bem como a promoção e divulgação da modalidade. Braga, 8 de março de 2019. Assina a Sr^a. Vereadora do Desporto, Sameiro Araújo. **"Deliberado aprovar"**. **OUTROS ASSUNTOS** – O sr. Vereador Artur Feio foi mandatado para ler um documento do Sr. Eng.º. Mesquita Machado, que a seguir se transcreve. "A propriedade dos terrenos onde foi implantado o chamado Bairro do Picoto, sempre foi reclamada quer pelo município quer pela arquidiocese de Braga, mas a verdade é que ao longo dos anos nenhuma das entidades conseguiu fazer prova disso. Assim ficou acordado com a arquidiocese que na revisão do PDM 2001 estava previsto classificar os terrenos destes existentes entre as EN 101 e o Bairro Nogueira da Silva e permitir-nos dessa forma ficarem com capacidade construtiva, ficar-se-ia a aguardar a revisão do PDM de 2001 e posteriormente a arquidiocese poderia fazer o loteamento respetivo

sabendo os termos onde foi construído o Bairro Social como área de cedência para equipamentos nos termos regulamentares ficando a partir dessa data claro que aqueles terrenos eram propriedade do município, como aliás este vinha reclamando desde há anos. Logo após esta revisão do PDM em 2001, a arquidiocese encomendou a uma empresa de Lisboa o projeto de loteamento dos referidos terrenos, chegando a contactar empresários bracarenses para os negociar. Esta em síntese a evolução de um processo de largo alcance social e que o município sempre negociou com base na boa fé, mas ciente que as alterações levadas a cabo permitiriam à arquidiocese libertar ou mais rigorosamente deixar de reivindicar a propriedade dos terrenos a qual em boa verdade não conseguia comprovar. Creio que os contornos da operação ficaram bem explícitos e lamento que volvidos todos estes anos pretendam por em causa acordos celebrados, os quais naturalmente, embora celebrados por pessoas comprometem as instituições, de igual modo é com supressa que verifico que agora quando a questão foi publicamente levantada se ter optado por assumir uma versão parcial sem ter o cuidado de solicitar a minha versão dos factos. Por ser verdade e me ter sido solicitado, confirmo o que aqui é dito". O Sr. Presidente da Câmara, a este propósito, esclareceu que o processo relativo à aquisição de terrenos no Bairro do Picoto não é ambíguo. Antes traduz o culminar de uma negociação que se arrastou por mais de dez anos e se encontra documentada. A CMB necessita de resolver o problema do bairro social existente no Monte Picoto uma vez que a construção foi realizada por sua iniciativa e o terreno ainda é titulado pela Arquidiocese. Para o efeito, abandonou-se a ideia de permutar terrenos que estava a ser negociada, reitera-se, pelo menos de há 10 anos a esta parte e adquirem-se os mesmos, ressarcindo a Arquidiocese de Braga pelo valor de 170 mil euros, de acordo com a avaliação realizada. Quando chegou à autarquia foi a tentativa de permuta

que encontrou, mas por consumir. Daí querer resolver o assunto com a aquisição dos terrenos à Arquidiocese de Braga, tanto mais que a permuta deixou de ser viável em virtude da construção da via de acesso ao Monte Picoto localizada nos terrenos cuja permuta se negociava. O Município tentou numa primeira fase compensar a arquidiocese com os terrenos sobrantes e o diferencial do valor. A arquidiocese não aceitou, avançando-se assim para aquisição do terreno onde está implantado o bairro. Foi entregue um dossier com 50 páginas que a seu ver justificam o ressarcimento à diocese. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia agradeceu a escolha por parte do Executivo pela realização da reunião descentralizada nesta freguesia. Aproveitou para pedir a intervenção de todos os partidos políticos para que intercedessem junto da Infraestruturas de Portugal para que seja possível o alargamento da "Curva da Sr^a. da Graça". Justificou a necessidade do projeto antes de mais por provocar muitos sinistros na EN 205 e há agora a disponibilidade de cedência de um terreno para o efeito por parte do proprietário. Por diversas vezes foi contactada a IP mas a resposta às juntas é nula. É preciso que os partidos políticos nos deem força para levar a bom porto este projeto. O pedido foi acolhido pelo executivo que promete levar o assunto à Assembleia da República. Pela Sr^a. Vereadora Helena Teixeira, foi levantada a questão acerca das vítimas de violência doméstica. Questionou o Sr. Vice-presidente, uma vez que tem o pelouro dos Assuntos Sociais. Como está a rede social do Município que foi deixada pela anterior gestão socialista? Existem e continuam com os gabinetes de apoio que existiam na altura, um em contexto rural e outro em contexto urbano. Existem relatórios dessa atividade? Foi dada continuidade a esses gabinetes, continuam no terreno e em rede com as instituições da cidade. Existem técnicos especializados para acompanhar e dar seguimento às vítimas. O Sr. Vice-presidente da Câmara, informou que os três espaços –



situados no centro da cidade e recuperados para o efeito – se destinam a acolher pessoas ou famílias, em fase final de reinserção na vida social, depois de ter estado em casas-abrigo, onde recebem apoios de vária índole, face aos maus-tratos de que foram vítimas. Integram o Banco Nacional de Dados do sector. Podem servir pessoas que não são da região, mas que, depois de um período traumático, acham que Braga é a zona ideal para viverem e trabalharem”. O regulamento dos apartamentos de transição para vítimas de violência doméstica faz parte integrante do Regime Jurídico aplicável à prevenção da Violência Doméstica e à proteção e assistência às suas vítimas. A sua utilização será regulada pelo Gabinete Autárquico de Informação e Acolhimento para a Igualdade, que tem três técnicos especializados. Os utentes dos apartamentos podem, assim, “usufruir de um espaço, unifamiliar ou partilhado, e de um grau de autonomia na condição da sua vida pessoal adequados à sua idade e situação; e, beneficiar de acolhimento, alojamento e segurança, pelo período de tempo estritamente necessário, e em condições de confidencialidade em todos os assuntos tratados. Devem, ainda, “participar na definição de um Plano de Acompanhamento com vista à sua (re)integração social.” A Câmara de Braga disponibilizou ao Governo três apartamentos para vítimas de violência doméstica. O Sr. Vereador Carlos Almeida referiu que lhe foi comunicada uma manifestação de descontentamento por vários trabalhadores do município, relacionada com a instalação de torniquetes no Edifício do Pópulo, e a questão pretende-se precisamente com o objetivo de saber o que é que motiva essa medida: “convenhamos que talvez o Sr. Presidente tenha conhecimento que causa um mal estar muito significativo junto dos trabalhadores, desconfiança, quase como a colocá-los numa categoria de funcionário que não cumpre com as suas obrigações e penso que não é disso que se trata. Deve ser feito um reconhecimento do seu papel, do seu profissionalismo e portanto

queria perceber o que é que desencadeia essa medida que me parece discricionária, mas obviamente não posso deixar de acompanhar este descontentamento que os trabalhadores têm vindo a manifestar” O Sr. Presidente esclareceu que relativamente aos torniquetes a questão é precisamente ao contrário do que a que o Sr. Vereador coloca, é por uma razão de desconfiança, porque há funcionários que não são devidamente zelosos daquilo que são as suas responsabilidades que se tem que adotar medidas extremas, em que os justos pagam pelos pecadores e portanto aquela é uma medida de disciplina para com as situações de incumprimento que se vão constatando. Essas situações de incumprimento são de difícil escrutínio e obviamente requerem mecanismos. Mais referiu que “não se podem colocar pulseiras individuais eletrónicas em cada um dos trabalhadores” - tendo o Sr. Vereador Carlos Almeida questionado o Sr. Presidente se, caso fosse possível as colocava, ao que o Sr. Presidente respondeu “nalguns se calhar poria e portanto se há pessoas que não são conscientes das suas responsabilidades, desde logo de assiduidade e de presença no edifício municipal, nós temos que instalar os mecanismos necessários e fazer valer aquilo que são as regras de responsabilidade profissional. Essa é uma matéria em que nós julgamos que a dignidade profissional não é posta em causa. Todos estão sujeitos a um escrutínio, é quase como a utilização de controlos biométricos e outros usados para responsabilizar também esses mesmos colaboradores. A juntar a isso há uma outra dimensão para nós particularmente importante que tem a ver com os próprios controlos de acesso ao edifício municipal por parte de pessoas estranhas ao serviço”. Infelizmente foi criada uma cultura de livre acesso durante muitos anos, entendendo-se que nessa matéria é preciso fazer disciplina dos acessos externos e portanto os torniquetes têm um mecanismo de controlo interno e um mecanismo de controlo externo.

APROVAÇÃO EM MINUTA: Deliberado do por unanimidade aprovar a

presente ata em minuta nos termos do número três do artigo cinquenta e sete Anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, para surtir efeitos imediatos. **ENCERRAMENTO:** Às **dezanove horas e trinta minutos** e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Sr. Presidente encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, que secretariei Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimarães, Diretor Municipal de Gestão Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva.



